

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: HISTÓRIA DAS ESTRUTURAS DE PODER NA ÁFRICA
PROFESSOR: MARCELO BITTENCOURT
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

A PARTILHA DA ÁFRICA¹

*O real é a síntese de múltiplas determinações.
Karl Marx.*

RESENHAS CRÍTICAS

Mackenzie, J. M., *A Partilha da África – 1880-1900*, Ática, São Paulo, 1994.
Brunschwig, Henri, *A Partilha da África Negra*, Perspectiva, São Paulo, 1993.

J. M. Mackenzie A Partilha da África – 1880-1900

Em sua introdução, o autor nos informa que “*Mais de 16 milhões de quilômetros de território africano (quase duas vezes a superfície do Brasil), com uma população superior a 100 milhões, tinham caído sob o domínio europeu em pouco mais de dez anos*” (p. 9, grifo meu). Se a tradução estiver correta, temos aqui o emprego de uma expressão nada feliz. O que seria cair sob o domínio de outrem? O verbo “cair”² nos permite pensar, por exemplo, que a África estaria inteiramente sob o controle das elites locais antes da partilha europeia que, uma vez iniciada, teria feito o continente “cair” nas mãos de algumas metrópoles, quer dizer, uma passagem de poder político e econômico de um continente inteiro sem resistências, contradições, conciliações, acordos, lutas, enfim, uma “queda” sobre as mãos dos europeus.³ É claro que por aí o africano não existe, ou quando existe o faz como sujeito passivo da história. Ademais,

¹ “**Partilha**, s. f. Repartição dos bens de uma herança; divisão de lucros; (...)” Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 11ª Edição, Ed. Sedegra, RJ, 1973 (supervisionado por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira). Quanto à herança, é preciso ver a autenticidade deste testamento, se é que existe. Quanto à divisão de lucros *partilhados* somente entre as nações europeias, é preciso demonstrar que neste colonialismo europeu nenhuma elite local tirava vantagens da colonização, o que acredito muito difícil. Portanto, precisaríamos incluir alguns africanos na divisão destes lucros, além dos naturais europeus. Nos dois casos, o emprego da palavra “partilha” se revela inadequado na medida em que considera os africanos como entes inteiramente passivos. “A partilha aparece como via de mão única” (Bittencourt, Marcelo, *Partilha, resistência e colonialismo*. IN: Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira). Não se “partilha” um continente como um butim qualquer, pois nele existem pessoas que impõem limites, negociações, concessões e etc. O processo de divisão do território africano em áreas de influência de diversas nações europeias foi complexo, nada que poderia se parecer com uma mera partilha de objetos inanimados. O uso da palavra “partilha”, a meu ver, é adequado desde que com o emprego de aspas bem visíveis.

² Refletindo sobre o que de fato o autor estaria tentando dizer com este verbo, cheguei a pensar o continente africano sobre uma mesa, quer dizer, numa posição segura, firme, que por razões diversas teria se precipitado e caído sobre as mãos dos europeus. Mas não vi coerência neste pensamento, pois que na História não há nada seguro, firme, imutável. *O mar da História é um mar revolto*.

³ Mais adiante, o autor demonstrará que o processo de colonização não foi tão rápido como se pensa. “*Como vimos, a partilha não foi súbita ou espontânea: já durante algum tempo uma “partilha silenciosa” vinha acontecendo na África*” (p. 45).

“africano” é uma abstração. Existe, isto sim, o africano concreto, aquele que pertence a uma etnia, a uma classe, enfim... Pode ser uma chefia importante como também um escravo desta etnia. Mesmo equívoco cometemos quando nos referimos a “África” quando não especificamos de qual delas estamos falando, dadas as diversidades de toda ordem deste continente gigantesco.

“Quais foram as causas da partilha e por que ela se efetuou naquele momento preciso? Por que razão os europeus apressaram-se, de repente, em exercer seu controle político e econômico sobre quase todo o continente, quando durante séculos se tinham contentado em mordiscar-lhe alguns pedacinhos? Por que os políticos europeus, que vinham tradicionalmente resistindo à extensão do império colonial na África, envolveram-se impetuosamente no processo da demarcação territorial?” (p. 10). Eis aí as questões fundamentais que, segundo o próprio autor – e com razão – “um problema desta complexidade não tem soluções definitivas” (p. 11).

O expansionismo europeu, sobretudo o ibérico (séculos XV e XVI), grosso modo, foi motivado por interesses mercantilistas. Era a época do capital comercial: comprar barato e vender caro, o grande negócio. Encontrar ouro, então, era a glória. Portugueses e espanhóis saíram a procura dele pelo mundo afora. Encontraram-no na América mas também o viram circulando na África. Colonizaram a América mas não o fizeram na África. Por quê?! “(...) os africanos conseguiram resistir” (p. 13).⁴ Sim, conseguiram, não há dúvidas. Mas como? Dentre outros fatores, “(...) naquela época a Europa não gozava da preponderância militar que viria a ter mais tarde” (p. 14). Ou seja, podemos inferir que havia certo equilíbrio militar entre Europa e África.

É claro que o emprego de metralhadoras, por exemplo, só bem mais tarde utilizadas pelos europeus, confere um maior poder de fogo ao exército que a utiliza. Mas se apenas e tão-somente o acesso a armas poderosas e não disponíveis ao inimigo garantem uma vitória segura, como explicar a derrota dos EUA na guerra do Vietnã? É evidente que diferenças tecnológicas nos armamentos empregados pesam – e muito, mas não são suficientes para explicar a vitória europeia na América e a sua derrota inicial na África. E, francamente, tenho minhas dúvidas sobre a suposta superioridade militar dos espanhóis sobre os índios em nossa América.⁵

⁴ Concordo com o autor quando diz que os africanos conseguiram resistir. Não foram felizes os índios americanos; não por covardia, não por falta de coragem... A história da resistência indígena na América nos indica o contrário. Fatores diversos que não poderão ser abordados aqui explicam a vitória relativa dos europeus na América. Ver, por exemplo, COLL, Josefina Oliva de, *A RESISTÊNCIA INDÍGENA – Do México à Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores*, L&PM Editores Ltda., São Paulo, 1986.

⁵ “Pedro de Mendoza, em 1534, saiu da Espanha até o sul de um continente que ia sendo pouco a pouco traçado (...). Fundou Buenos Aires às margens do Prata, na terra dos querandíes, índios que ‘não têm um paradeiro próprio no país, vagam pela terra igual como aqui, nos países alemães, os ciganos’, disse Schmidl, que os acompanhava. Em que pese o seu nomadismo, conseguem os espanhóis que lhes entreguem comida durante quatorze dias seguidos. Mas, ao faltar esta um só dia, **trezentos guerreiros bem armados** [grifo meu] saem da cidade em busca dos rebeldes, com a ordem expressa de ‘matar, aprisionar e escravizar os ditos querandíes e ocupar seu lugar’⁽⁻⁾. Os indígenas não entregam mais comida e no campo espanhol houve tal fome que ‘três espanhóis furtaram um cavalo e o comeram às escondidas’. Descoberto o caso foram enforcados como castigo. Naquela mesma noite ‘ocorreu que um espanhol comeu seu próprio irmão que estava morto’. Os indígenas, sempre a par de tudo, ‘não poderiam fazer-nos maior provocação’ do que queimar seus próprios alimentos para que o invasor não os conseguisse. A fome foi terrível durante três meses, ao cabo dos quais os querandíes, confederados com os guaranis, charruas e chana-timbués, atacaram Buenos Aires, queimaram quatro navios e incendiaram a vila disparando flechas com pontas incendiadas contra os tetos de palha. (...) [§] Quando tudo havia acabado viu-se a ruína do campo militar: dos dois mil e quinhentos homens que haviam chegado restavam quinhentos e sessenta”. COLL, Josefina Oliva de, op. cit., pp. 190-191. Não eram os espanhóis os mais bem armados?...

As guerras não são ganhas simplesmente por se ter armamentos mais poderosos. E digo mais! Nem sempre a posse do armamento mais poderoso garante a vitória numa guerra. Por exemplo, atualmente, Cuba não é nada em relação ao poderio militar norte-americano, mas por que os EUA ainda não invadiram Cuba? Vontade é o que não falta... mas, como dizem, é algo que dá e passa. Fatores político-ideológicos, a meu ver, também devem ser levados em conta no exame das guerras, assunto por demais complexo para ser adequadamente tratado aqui. Tentando, resumidamente, ser mais claro, diria que numa guerra as armas são: os Homens, os meios de trabalho, isto é, todos os objetos utilizados pelos soldados para a destruição do inimigo (espada, arco-e-flecha, arcabuzes, facas, metralhadoras, etc.) mas também remédios, propaganda, ideologia, indústria, organização social, bactérias, cultura, organização política, ideologia, mitos, conhecimentos militares (tática, estratégia), etc. etc. Enfim, *TUDO* pode e *DEVE* e quase sempre *É* utilizado numa guerra, e tudo conta, tanto para a vitória quanto para a derrota. Numa guerra, tudo e todos se envolvem, ainda que não queiram, ainda que sequer percebam isto. Tudo faz parte da guerra, interfere na guerra, é importante e deve ser levado em conta no exame dos resultados das guerras. Portanto, se a Europa, ao tempo da “partilha”, *gozava da preponderância militar* não era, seguramente, apenas por razões estritamente militares.

Como hábito, as explicações sobre a “partilha” (1880-1900) são classificadas em *metropolitanas* e *periféricas*, e também como *econômicas* e *não-econômicas*. As metropolitanas se prendem aos fatos ocorridos na Europa; as periféricas, na África. As necessidades de expansão do capitalismo (o imperialismo), a procura de novos mercados e fontes de matérias-primas, o desenvolvimento tecnológico europeu (ferrovias, o navio a vapor, o telégrafo, progressos na medicina capazes de diminuir a mortalidade de europeus no continente africano, novas armas, como as metralhadoras) seriam algumas das interpretações *metropolitanas*. Questões geopolíticas envolvendo a disputa pelo Egito, desejos imperialistas dos colonos e autoridades locais, crise generalizada nas relações entre europeus e africanos, forçando uma intervenção européia no continente⁶ são algumas das explicações *periféricas*.

Mais do que dar respostas, o trabalho de J. M. Mackenzie nos possibilita refletir os múltiplos aspectos intrincados que acabariam por produzir a “partilha”. Chama a atenção do leitor para as inter-relações entre todos os fenômenos. “*Uma coisa parece clara: não nos podemos satisfazer com uma explicação puramente européia ou exclusivamente periférica. Linhas de força muito importantes se desenvolveram a partir da periferia do sistema colonial, mas as idéias predominantes entre os europeus foram também vitais*” (p. 62).

Henri Brunschwig **A Partilha da África Negra**

Segundo o autor, até aproximadamente 1860, os interesses europeus pelo continente africano vinham de setores privados e não do Estado. “*A situação mudou no decorrer do decênio de 1870 a 1880 (...)*” (p. 18). A descoberta de ouro e diamante no continente seria uma das causas desta mudança.

Quanto à Conferência de Berlim (15.11.1884 a 26.02.1885), Henri não é muito diferente de Mackenzie: “*(...) a conferência não partilhou a África (...) [mas] a partilha*

⁶ “Sob muitos aspectos a corrida para a África não era tanto uma reação a eventos que tinham realmente acontecido, mas sim a acontecimentos que se temia pudessem ocorrer. Era menos o resultado de uma ‘crise generalizada’ e mais o sintoma da ansiedade dos que esperavam uma crise” (p. 64).

era inelutável. A declaração sobre a notificação devia permitir a limitação dos conflitos futuros a negociações diplomáticas” (p. 45)⁷.

Henri, tal como Mackenzie, tem dificuldades para perceber a presença dos africanos no processo histórico: “Na ausência do negro, os acordos de divisão refletiram as preocupações dos brancos: desejo de poder e medo de perder o prestígio se eles cedessem sem ‘compensação’, avaliação da rentabilidade econômica vindoura, elaboração da rede de alianças diplomáticas. A divisão da África, desde então, se realizou em função dos interesses das potências na Europa ou de outros continentes, e o estatuto de muitos territórios africanos dependeu de concessões que os partidos se faziam além-mar” (p. 60).

Ao contrário de Mackenzie que procura pôr questões apresentando razões de diversas naturezas como explicativas da “partilha” da África, Henri, pelo contrário, apresenta análises conclusivas.

“1. Que o verdadeiro imperialismo divisor data na realidade da generalização, após 1890, da noção de esfera de influência, que era contrária à noção de ocupação efetiva definida pela conferência de Berlim (...)” (p. 71). O autor vê um desinteresse europeu pela África ainda mesmo depois da conferência de Berlim.

“2. Que a expansão colonial na África foi sempre, aos olhos das chancelarias, uma questão secundária, subordinada ao jogo das alianças e das rivalidades na Europa” (p. 71). Ora, em política internacional, penso que tudo é mesmo subordinado ao jogo das alianças e das rivalidades, o que não converte tudo em questão secundária.

“3. Que a aceleração da divisão foi função dos nacionalismos e do progresso técnico na Europa” (p. 71). O autor parece não ver certa conexão entre interesses privados e opinião pública. Como “nação” e “nacionalismo” foram muito mais construções (mitos) criadas de cima para baixo – sobretudo na Europa, tema que não poderemos tratar aqui, fica difícil estabelecer uma fronteira bem definida entre ambos, quer dizer, entre nacionalismo e interesses privados. E mais ainda, estabelecer uma fronteira entre o Estado e o interesse privado, o que acreditado impossível nas sociedades capitalistas européias da segunda metade do século XIX⁸.

A fragilidade maior de Henri ao tentar explicar a “partilha” reside, a meu ver, em não levar em conta o desenvolvimento capitalista europeu, carente de fontes de matérias-primas e mercados, enfim, o imperialismo. Ao tempo da “partilha”, o capitalismo concorrencial dava lugar ao capitalismo monopolista, sobretudo a partir da crise econômica de 1873 que atingiu em cheio a Europa. E o capitalismo monopolista produz práticas imperialistas, como disputa por mercados e fontes de matérias-primas bem como áreas de importância geopolítica. Henri reconhece o papel do progresso técnico mas não trata este progresso como parte integrante de um conjunto de interesses econômicos sem os quais tais progressos técnicos jamais seriam aplicados na África, como as ferrovias, por exemplo.

Quanto a sua posição sobre a vitória européia na colonização, Henri não difere muito das concepções de Mackenzie, apesar de ser mais incisivo: “Nada faz duvidar que a superioridade de armamentos tenha sido a causa principal do sucesso dos europeus” (p. 107).

⁷ J. M. Mackenzie também não vê a conferência de Berlim como o momento em que as nações européias teriam partilhado a África. Para ele, aliás, houve várias partilhas em diferentes momentos e por diferentes nações européias, de acordo com a região africana em disputa. Vê, assim como Henri, a diplomacia como o caminho escolhido pelas nações européias para resolverem suas divergências sobre a África: “[A conferência de Berlim] estabeleceu regras para a continuação da partilha: as potências precisavam provar a ‘ocupação efetiva’ do território pretendido e deviam informar previamente seus rivais” (p. 31).

⁸ Em todas as nações européias, a Revolução Industrial contou com a participação do Estado, seja no campo econômico, seja no político-militar ou no ideológico. Estado e empresários eram sócios, seguramente, para não dizer que Estado era a expressão jurídico-política dos empresários.

Comentários finais

Ao tempo da “partilha”, poderíamos dizer que as *formações sociais* européias já teriam atingido um estágio de desenvolvimento capaz de empreender e sustentar um projeto de colonização da África. Antes, porém, um equilíbrio relativo entre as *formações sociais* européias e africanas não teria dado margens para que os europeus, desde sempre interessados na colonização da África (não nos esqueçamos disto), efetuassem a colonização. Assim explicada, a *preponderância* européia não ficaria restrita apenas a aspectos militares propriamente ditos. A *preponderância* européia, ao tempo da “partilha”, seria econômica (revolução industrial, por exemplo), política (fragmentação de muitas estruturas africanas de poder⁹) e também militar, esta última como resultado de inovações tecnológicas operadas no curso da revolução industrial (desenvolvimento da metalurgia, da química, invenção do cartucho metálico, metralhadora, etc.).

Ainda que não inteiramente satisfatória, tal explicação é mais completa na medida em que leva em conta não apenas aspectos puramente militares. Transformações nas sociedades européias e africanas levariam a que as últimas se convertessem em colônias das primeiras, no curso de um processo complexo de inter-relações múltiplas entre Europa, África e todo o restante do globo terrestre.

Evandro de Oliveira Machado.
Em 27.06.2005.

⁹ “O fim do tráfico atlântico, na sua fase ilegal, em meados do século XIX, traria nova onda de reestruturações políticas e comerciais. As principais chefias do interior da África Central tinham organizado seus reinos em função desse comércio, e seu fim marcaria o esgotamento da capacidade de expansão dessas estruturas políticas e, na maioria dos casos, a sua fragmentação. A expansão européia nessa região defrontaria, portanto, uma resistência muito fragilizada e dispersa, o que facilitaria suas ambições e controles.” Bittencourt, Marcelo, op. cit., p. 82.